

## A REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Duarte Pereira

O socialismo foi concebido originalmente na Europa Ocidental, como resposta para as contradições estruturais de sociedades capitalistas plenamente constituídas ou em vias de alcançar esse estágio. Foi pensado, portanto, inicialmente, como um projeto histórico essencialmente proletário. As classes intermediárias, como o campesinato e a pequena-burguesia urbana, eram vistas como tendentes a rapidamente desaparecer e deixar de cumprir um papel revolucionário.

À medida que o centro da luta operária e socialista se transferia para a Europa Oriental e em particular para a Rússia czarista, onde a agricultura e o campesinato ainda conservavam um elevado peso econômico e político, o papel do campesinato teve de ser repensado e a aliança operário-camponesa passou a ser considerada como estratégica. De reserva da burguesia, a maioria do campesinato passou a ser encarada como força aliada decisiva do proletariado, minoritário nessas sociedades.

Quando o capitalismo se consolidou nos países mais desenvolvidos e poderosos, e se constituiu um sistema mundial capitalista-imperialista, e quando, em consequência, o centro da luta operário-popular e revolucionária se trasladou para a periferia desse sistema, o arco de alianças do proletariado teve de ser ampliado ainda mais, passando a incluir também setores pequeno-burgueses e burgueses contrários ao domínio imperialista sobre os países da periferia, quer sob a forma colonial, quer sob distintas formas indiretas.

Essas alianças se tornaram viáveis porque, nas novas condições, a luta pela reforma agrária e pela independência nacional só podiam ser levadas a termo sob a hegemonia proletária e na perspectiva da construção de uma sociedade nova, socialista. Exigiam, no entanto, uma renovação do programa, da estratégia e das táticas das forças proletárias e socialistas. As questões proletária, camponesa e nacional se entrelaçavam

Nas décadas finais do século XX e no início do século XXI, a desigualdade no desenvolvimento e a configuração de classe das sociedades capitalistas, tanto no centro imperial, quanto na periferia dependente, vêm assumindo formas muito mais complexas. O campesinato desapareceu em vários países, ou tende a reduzir seu peso econômico e político. Em contrapartida, continuam crescendo as novas camadas médias urbanas e assume uma nova escala e um novo significado o exército de desempregados e subempregados crônicos. A subjetividade dos trabalhadores, assalariados ou

autônomos, também tem sofrido impactos desfavoráveis. Por outro lado, as contradições entre a grande burguesia, internacional ou nacional, associadas, e os segmentos de médios e pequenos empresários capitalistas, em dificuldades ou em vias de extinção, se acirram. Por último, o malogro das experiências socialistas na União Soviética e no Leste europeu ressaltou a importância incontornável da democratização na construção do socialismo, pois não pode haver autêntica socialização da economia sem efetiva socialização da política.

Nesse quadro desafiador, para ressurgir com força e impacto nos países capitalistas dependentes ou periféricos, como o Brasil, o projeto socialista precisa integrar a solução da questão proletária à das questões dos demais trabalhadores assalariados e autônomos e às de gênero, de etnia, da soberania e identidade nacionais, de preservação ambiental, e da democratização multilateral e profunda do poder político e da vida social, forjando, à base de um programa renovado, um novo bloco social, operário-popular, que possa contar, inclusive, em determinadas condições e períodos, com o apoio tático de segmentos burgueses e pequeno-burgueses, ultrapassando dessa maneira tanto uma visão capitulacionista e inviável de união irrestrita e conciliação de todas as classes e frações de classe em torno de um desenvolvimento capitalista supostamente nacional e social, quanto a alternativa voluntarista de uma composição exclusivamente proletária e semiproletária na busca de uma transformação socialista sem mediações.